

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: TCU quer que governo reduza ônus de Angra 3 sobre contas de energia	2
Título: Petroleiros mantêm paralisação e prometem recorrer de decisão do TST	4
Título: ANP prevê alta do consumo de combustível este ano	5
Título: Última chance para a transição climática	6
Título: Aquisição da TAG reduz ganho da Engie.....	8
Título: EDP atinge maior lucro de sua história no país	10
Título: CTG investe R\$ 14,4 milhões em projetos de mobilidade elétrica	12
Título: Produção deve elevar lucro da Petrobras.....	13
Título: Ipiranga melhora, mas ganho do Ultra no 4º tri será menor, dizem analistas	15
Título: Novo chefe da BHP sinaliza mudanças nos negócios	16
Título: B3 terá plataforma para o registro de CBios em abril	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: TRT manda Petrobrás suspender cortes no PR.....	20
Título: Exportação de petróleo avança em ritmo forte	22
Título: Venezuela cede parte do controle de reservas petrolíferas.....	23
Título: » Conta mais barata.	24
Título: Denúncia contra Jucá e Raupp é confirmada	24
Título: Queda de braço.....	25
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	25
Título: Tribunal suspende demissões em subsidiária da Petrobras	25
Título: Maia diz que vai deixar projeto de mineração em terras indígenas ‘ali do lado da mesa’	28
VEÍCULO: O Globo.....	29

Título: União quer acelerar venda da Eletrobras	29
Título: Após decisão do TST, petroleiros mantêm greve	29
Título: Maia: projeto de mineração não é prioridade.....	31
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	33
Título: Declarada ilegal, greve continua.....	33
Título: Alerta nas estradas	35

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2020

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto — De Brasília

Título: TCU quer que governo reduza ônus de Angra 3 sobre contas de energia

O Tribunal de Contas da União (TCU) quer que o governo tire das costas do consumidor de energia elétrica o peso da retomada e da conclusão da usina nuclear de Angra 3. Parada desde 2015 e atolada em escândalos da corrupção, a obra precisa de pelo menos R\$ 15 bilhões para começar a gerar energia, algo que na hipótese mais otimista só acontecerá em 2026.

Acontece que o governo e a Eletrobras não dispõem nem de uma pequena parte do dinheiro necessário e por isso o preço de referência para venda da energia de Angra 3 foi reajustado em 97,5%, passando de R\$ 243 por MWh para R\$ 480 por MWh. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o novo preço resulta em um aumento médio de 1,35% nas contas de energia de todo o país.

Um relatório do TCU - já chancelado pelo plenário - concluiu que o reajuste no preço da energia de Angra 3 está baseado em análises imprecisas, que levaram em conta apenas a viabilidade de conclusão da usina, e não indicadores específicos sobre o cenário de oferta de energia. O documento menciona, por exemplo, que a contratação de energia de termelétricas seria uma opção mais econômica.

Diante disso, o tribunal determinou ao Ministério de Minas e Energia (MME) que o preço final para o leilão de Angra 3 só seja definido após o anúncio do modelo de negócio para eventual participação de sócio privado no empreendimento. A atração de parceiros é a única forma encontrada até agora para retomar a obra, caso contrário o custo poderia chegar aos R\$ 20 bilhões, segundo o TCU.

A avaliação do órgão é de que o governo está punindo os consumidores pelas falhas de gestão e pela corrupção na usina. O custo total de Angra 3 já supera em 40% o que foi gasto para pôr de pé Angra 2, com características idênticas, ao ponto de ser chamada de “gêmea”.

As diferenças são ainda maiores quando se fala no preço da eletricidade, já que Angra 2 cobra R\$ 230 por MWh, menos da metade do preço de referência de Angra 3.

O grande nó é a situação financeira da Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras que controla as usinas e que por limitações constitucionais não será incluída na privatização da holding. A Eletronuclear tem patrimônio líquido negativo de R\$ 5 bilhões, grande parte devido aos investimentos feitos em Angra 3. Nesse cenário, a segregação da empresa não pode avançar, inviabilizando a privatização.

“Cumprir dizer que a situação financeira precária da Eletronuclear constitui empecilho direto no projeto de capitalização da Eletrobras, pois reduz a atratividade da transação podendo até inviabilizá-la. Logo, tornou-se prioridade para o governo a tentativa de sanear os pagamentos dos financiamentos obtidos pela estatal”, diz o TCU.

Para evitar um quadro de insolvência da Eletronuclear, era preciso suspender a exigibilidade de financiamentos contratados com o BNDES e a Caixa. A solução para ampliar a carência das operações foi reposicionar o preço de referência da usina. “Contudo, nem sequer houve análise aprofundada quanto à eficiência associada a esse arranjo financeiro de sorte a justificar a revisão da tarifa”, diz o TCU.

O tribunal reconhece o problema, mas quer evitar que a população pague a fatura. O TCU, que sugere ao governo considerar mais opções para o custeio da retomada. A intenção de atrair parceiros chamou a atenção de grupos internacionais. Haveria, porém, uma exigência implícita para que o Brasil se comprometa a seguir expandindo o parque nuclear. O Plano Nacional de Energia 2030 recomenda a continuidade do programa nuclear, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste.

Além de Angra 3, o programa contempla o submarino nuclear e o reator multipropósito. O TCU entende que, caso o governo decida que os consumidores de energia devem pagar pelo programa nuclear, isso deve ser debatido e analisado por meio de uma proposta específica, e não indiretamente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2020

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petroleiros mantêm paralisação e prometem recorrer de decisão do TST

Ministro do tribunal havia classificado greve como abusiva e ilegal e determinado multa diária de até R\$ 500 mil a sindicatos

Os sindicatos dos petroleiros anunciaram ontem que vão manter a greve da categoria, mesmo após decisão desfavorável do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra, que anteontem classificou o movimento como abusivo e ilegal. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) informou que recorrerá e que a paralisação entra, hoje, em seu décimo nono dia. Ontem, decisão do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) suspendeu temporariamente, até 6 de março, a demissão dos 1 mil funcionários da fábrica de fertilizantes de Araucária, estopim da greve. Petrobras, distribuidoras e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) negam que a greve tenha provocado problemas no abastecimento ao mercado.

Segundo a FUP, até ontem a paralisação contava com a adesão de 21 mil trabalhadores, em 121 unidades da Petrobras, incluindo aqueles que cruzaram os braços, de fato, e aqueles que promovem outros protestos, sem necessariamente pararem. Ontem, a categoria realizou ato em frente à sede da empresa, em defesa do emprego na estatal.

Na decisão de Gandra, ele determinou multa diária de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil aos sindicatos envolvidos, dependendo do tamanho de cada um deles. Além disso, decidiu pelo bloqueio de contas e retenção de repasse de mensalidades associativas. No despacho, Gandra autoriza a Petrobras a adotar “eventuais sanções disciplinares” contra os funcionários que não retornarem ao trabalho.

O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) informou que, por ora, a greve dos petroleiros não prejudica o abastecimento. “Até o presente momento, não há qualquer impacto no abastecimento de combustíveis do país”, esclareceu a entidade, que representa as principais distribuidoras do país (BR, Ipiranga e Raízen).

O diretor da ANP Felipe Kury explicou que, por regra, Petrobras e as distribuidoras são obrigadas a manter estoques mínimos para garantir o consumo, se a produção de derivados líquidos for paralisada. Ele afirmou ainda que a agência tem acompanhado diariamente a situação do abastecimento, mas que não há sinal, até o momento, de crises. A Petrobras, segundo ele, vem operando suas unidades com equipes de contingência com “cautela e tranquilidade”. Kury destacou também que, num caso mais extremo, de paralisação das refinarias, é possível repor estoque via importação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2020

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: ANP prevê alta do consumo de combustível este ano

Resultado deve ser melhor que o aumento de 2,9% obtido em 2019

Depois de crescer 2,9% em 2019, o mercado brasileiro de combustíveis deve manter a trajetória de alta em 2020, disse ontem o diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Felipe Kury. Segundo ele, a expectativa é que, confirmado o crescimento esperado da economia para o ano - de 2,23%, segundo a mediana das projeções do relatório Focus - o aumento das vendas deve se acentuar.

Em 2019, o consumo de combustíveis cresceu pelo terceiro ano consecutivo. Foram vendidos, de acordo com a ANP, 140 bilhões de litros no ano passado. Segundo a ANP, houve uma alta de 2,97% na comercialização de diesel B (misturado ao biodiesel), para 57,293 bilhões de litros. A agência vê o crescimento como um indício da recuperação econômica do país.

Já o consumo de etanol hidratado cresceu 16,2%, para 22,544 bilhões de litros, motivado, em grande parte, pelo ganho de competitividade em relação à gasolina. As vendas de gasolina C, por sua vez, recuaram 0,56%, para 38,163 bilhões de litros. Segundo a ANP, o ciclo Otto (veículos leves que rodam a gasolina /ou etanol) cresceu 5%.

O consumo de gás liquefeito de petróleo (GLP) caiu 0,3%, para 13,219 bilhões de litros.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/02/2020****Seção: Opinião****Autor: Martin Wolf****Título: Última chance para a transição climática**

No Fórum Econômico Mundial em Davos este ano, duas pessoas se destacaram: Greta Thunberg, a ambientalista sueca de 17 anos, e Donald Trump, presidente dos Estados Unidos. Em suas mensagens sobre as mudanças climáticas, os dois não poderiam ter sido mais antagônicos: pânico, confrontado com indiferença. Mas uma coisa que eles têm em comum é que não são hipócritas: Thunberg não finge que estamos fazendo algo relevante; Trump não finge que se importa. A maioria dos participantes do debate sobre as mudanças climáticas, no entanto, finge se importar, finge que faz alguma coisa, ou ambos. Se é para que algo seja feito de fato, isso precisa mudar.

Nossa civilização continua a ser o que é desde o início do século XIX: uma civilização de combustíveis fósseis. Houve duas revoluções energéticas na história da humanidade: a revolução agrícola, que explorou muito mais a incidência de luz solar; e a revolução industrial, que explorou a luz solar fossilizada. Agora devemos retornar à luz solar incidente - energia solar e eólica -, juntamente com a energia nuclear, e ao mesmo tempo manter nossos altos padrões de vida.

Serão necessárias mudanças nas finanças e na contabilidade. Em suma, será necessário um esforço mundial histórico de um tipo que nunca vimos antes para evitar um perigo que ainda parece remoto para a vasta maioria dos seres humanos

O objetivo desta última revolução energética, no entanto, não é elevar nosso padrão de vida diretamente, mas preservar o único lar que conhecemos no estado ao qual a vida está adaptada hoje. É evitar um experimento irreversível com o clima do nosso planeta. Até agora, no entanto, apesar de décadas de discussões, as tendências sobre as emissões de gases de efeito estufa continuam na direção errada.

O que se deve fazer? As discussões no Fórum de Energia de Oslo esclareceram as coisas para mim. Minha principal conclusão é que uma transformação do nosso sistema energético atual para outro é a única opção. Alguns sugerem que também devemos interromper o crescimento. Mas isso não seria apenas impossível, seria também insuficiente.

Nas últimas três décadas, as emissões de CO₂ por unidade de produção mundial têm caído a um ritmo um pouco abaixo de 2% ao ano. Se isso continuar e a produção mundial estagnar, as emissões globais cairiam 40% até 2050 - de longe muito pouco. Depender de reduções reais na produção para cortar as emissões em, digamos, 95% até 2050 exigiria uma queda na produção mundial de 90%, o que levaria a produção mundial per capita de volta aos níveis de 1870.

As conclusões são simples. Não vamos parar de depender dos combustíveis fósseis ao escolher o empobrecimento universal. Mas também não podemos parar de usá-los rápido o suficiente com nossa taxa atual extremamente lenta de redução de emissões por unidade de produção. Portanto, precisamos acelerar maciçamente o progresso tecnológico para abandonar a queima de combustíveis fósseis. Devemos ir além dela quase completamente. Se conseguirmos isso, o tamanho da nossa economia deixará de ser o problema: por maior que se torne, deixará de emitir gases de efeito estufa. Mas observe: para alcançar isso em 2050, a taxa de redução de emissões por unidade de produção precisa dar um salto massivo.

Isso é realizável? Do ponto de vista tecnológico, parece que sim. Ou, pelo menos, é o que argumenta a Comissão de Transições de Energia em vários relatórios importantes. As ideias essenciais são simples. O núcleo do novo sistema de energia é a eletricidade gerada por meios renováveis (solar e eólica) e a energia nuclear. Isso precisa ter o apoio de uma variedade de sistemas de armazenamento (baterias, energia hidroelétrica, hidrogênio e gás natural, com captura e armazenamento de carbono). As reduções de custos já foram grandes o suficiente e o progresso tecnológico rápido o suficiente para viabilizar essa transição a um custo administrável.

De qualquer forma, isso seria uma revolução. Uma economia de carbono zero exigiria cerca de quatro a cinco vezes mais eletricidade do que a atual, todas provenientes de fontes não emissoras de carbono. Para fazer essa economia funcionar, o hidrogênio (que em grande parte é produzido por eletrólise) teria um papel essencial. O consumo de hidrogênio pode saltar para 11 vezes mais até 2050.

Em muitos setores, os custos da descarbonização são (ou serão em breve) competitivos. No entanto, em alguns setores eles não serão. É necessário que haja incentivos e regulamentos para forçar a mudança. Para evitar o simples deslocamento da produção, em suas formas de emissões mais intensivas, para outros lugares, será essencial impor impostos compensatórios sobre as importações de jurisdições que se recusem a apoiar as mudanças necessárias.

Suponhamos que uma transição para uma economia mundial de emissões zero até 2050 seja mesmo factível tecnicamente. Isso não significa que é provável que ela aconteça como resultado de forças puramente econômicas. Por duas razões principais. A primeira é que as vantagens em termos de custos das alternativas descarbonizadas são modestas, na melhor das hipóteses, em muitas áreas. Essas alternativas não estão perto (pelo menos ainda não) de serem tecnologias dominantes em todas as áreas relevantes. A segunda é que sempre há uma grande inércia na transferência para novas tecnologias, especialmente em áreas onde métodos e sistemas familiares devem ser substituídos por outros completamente novos.

Sabemos muito bem como administrar uma economia baseada em combustíveis fósseis de maneira eficiente e em larga escala. Uma economia eficiente com base em energia inteiramente renovável é terreno desconhecido.

Uma transição mundial de sistemas desta escala não ocorrerá por si mesma. Ela exigirá intervenções políticas em larga escala, por meio de uma mistura de regulamentação, incentivos e pesquisa e desenvolvimento com apoio governamental. Exigirá cooperação mundial e o reconhecimento claro das posições muito diferentes - em termos de comportamento passado, responsabilidade atual e necessidades futuras - dos países do mundo. Serão necessárias mudanças nas finanças e na contabilidade. Em suma, será necessário um esforço mundial histórico de um tipo que nunca vimos antes para evitar um perigo que ainda parece remoto para a vasta maioria dos seres humanos.

Isso precisa ser feito. Mas será? Thunberg teme nossa inação. Trump é uma das razões pelas quais ela tem razão no seu receio. Temos tanto que fazer e tão pouco tempo. Se quisermos ter sucesso em parar as mudanças climáticas, precisamos mudar de rumo agora. **(Tradução de Lilian Carmona)**

Martin Wolf é editor e principal analista econômico do FT

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Aquisição da TAG reduz ganho da Engie

A Engie Brasil Energia (EBE) apurou lucro líquido de R\$ 617,5 milhões no quarto trimestre de 2019, queda de 18,9% em relação a igual período de 2019. A receita líquida cresceu 21,4%, para R\$ 2,8 bilhões, e o Ebitda (sigla em inglês

para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) avançou 21,6%, a R\$ 1,317 bilhão.

Com o resultado, o lucro da maior geradora de energia privada do país alcançou R\$ 2,311 bilhões em 2019, praticamente em linha (-0,2%) em relação ao ano anterior. Na mesma comparação, a receita líquida aumentou 11,5%, para R\$ 9,8 bilhões, e o Ebitda cresceu 18,2%, somando R\$ 5,163 bilhões.

Segundo o diretor-presidente da companhia, Eduardo Sattamini, o resultado refletiu o crescimento da empresa alavancado por dívidas, principalmente para a aquisição da Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobras, concluída em junho. A EBE, junto com sua controladora, a francesa Engie, e o fundo canadense Caisse de Dépôt e Placement du Québec (CDPQ), adquiriu 90% da subsidiária da Petrobras dona de uma rede de 4,5 mil km de gasodutos, por cerca de US\$ 8,5 bilhões. A EBE tem agora 29,25% na transportadora de gás.

“O que marcou o ano de 2019 foi um crescimento significativo da companhia, financiado através de dívida, para que tivéssemos uma estrutura de capital mais eficiente”, disse Sattamini, ao **Valor**.

Essa estratégia se refletiu no aumento de 48,6% da dívida líquida, que alcançou R\$ 10,2 bilhões, no fim do quarto trimestre. Apesar do crescimento, a relação dívida líquida/Ebitda está em nível “confortável” de 2 vezes, explicou o executivo. Dessa forma, o conselho de administração da EBE aprovou pagamento de dividendos complementares de R\$ 949,7 milhões, totalizando valor distribuído em 2019 de R\$ 2,197 bilhões e mantendo em 100% o pagamento do lucro líquido distribuível ajustado.

A EBE também fechou 2019 com investimentos de R\$ 4,9 bilhões, dos quais R\$ 3,5 bilhões apenas na compra da TAG - a maior operação de fusão e aquisição da América Latina no ano passado.

Para 2020, a empresa prevê investir R\$ 2,5 bilhões, principalmente na implantação do projeto de transmissão de Gralha Azul, de cerca de 1 mil km de extensão, no Paraná, na construção da segunda fase do complexo eólico Campo Largo, na Bahia, e no complexo termelétrico de Pampa Sul, no Rio Grande do Sul.

O valor, porém, deve crescer. A empresa espera concluir até março a compra de um empreendimento de transmissão de 1,8 mil km, entre o Pará e Tocantins, da indiana Sterlite, por R\$ 410 milhões. O projeto deve exigir R\$ 1 bilhão de investimentos, incluindo o valor da aquisição. Outros R\$ 200 milhões podem ser destinados à eólica de Santo Agostinho (RN).

Por fim, a EBE participa do processo de venda dos 10% remanescentes da Petrobras na TAG. A ideia é repetir a parceria com a holding francesa e o fundo canadense.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: EDP atinge maior lucro de sua história no país

A EDP Brasil, subsidiária do grupo português de energia, fechou o ano de 2019 com lucro líquido acumulado de R\$ 1,337 bilhão. Esse desempenho, 5,1% superior ao ganho de 2018, é o melhor já registrado pela companhia elétrica no país, onde atua há mais de 20 anos.

Segundo o presidente da EDP no Brasil, Miguel Setas, o resultado de 2019 foi impulsionado por melhorias operacionais na área de distribuição, com revisões tarifárias “bem sucedidas” das distribuidoras do grupo, e pelo avanço dos projetos de transmissão. Esses dois segmentos estão no foco da estratégia do grupo para o país nos próximos anos, diz o executivo.

No quarto trimestre, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 499,3 milhões, 4,7% inferior ao observado entre outubro e dezembro de 2018. No mesmo período, o Ebitda (lucro antes de taxas, impostos, depreciação e amortização) somou R\$ 873,9 milhões, alta de 3,1%. Já no critério ajustado, que exclui efeitos não recorrentes nos resultados, o lucro líquido subiu 25,5% ante o último trimestre de 2018, para R\$ 315,9 milhões, enquanto o Ebitda avançou 34,3%, para R\$ 603,9 milhões.

Na avaliação de Setas, o último trimestre de 2019 foi “importante” para a companhia. Ele cita como exemplo a retomada definitiva das operações da comercializadora do grupo. Além disso, a EDP recebeu um laudo atuarial referente a uma atualização da assistência médica para aposentados da EDP Espírito Santo, ação que permitiu uma redução de custos para a empresa.

Para 2020, a EDP Brasil pretende continuar com o processo de “reciclagem” de capital de negócios considerados mais maduros, como os de geração de energia, com o objetivo de direcionar recursos a segmentos estratégicos. Um ativo candidato à venda é a usina hidrelétrica de Mascarenhas (ES). “É uma usina que

tem 40 anos de idade, é mais velha, e tem PPAs (contratos de compra e venda de energia de longo prazo) terminando”, observa Setas.

Um dos focos de crescimento da companhia está na área de transmissão, na qual reforçou sua estratégia ao adquirir, no ano passado, uma linha entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul chamada “Lote Q”, antes pertencente ao consórcio Braferpower.

De acordo com o presidente da EDP Brasil, a empresa avalia ampliar a participação no segmento via leilões e novas aquisições no mercado secundário. O executivo não comenta projetos específicos que poderiam atrair o interesse do grupo, mas afirma que a atenção está voltada principalmente a empreendimentos em fase de construção. “Achamos que temos competências específicas e diferenciais na área de construção, é aí que podemos agregar mais valor”, diz Setas, acrescentando que a equipe que trabalhou na construção das usinas do grupo na Amazônia foi transferida à área de transmissão.

Já em geração de energia, estão descartados investimentos em térmicas a gás, já que isso contrariaria o compromisso da EDP de ter um portfólio 100% renovável até 2030. Mas, por ora, a companhia não tem intenção de se desfazer da termelétrica de Pecém. Conforme Setas, a usina é uma importante geradora de caixa do grupo e ajuda a minimizar riscos dos negócios de geração hídrica. “Até 2030, teremos que ter uma solução para [Pecém] no contexto dessa estratégia de nos tornarmos focados em energias limpas”. O prazo da concessão da usina termina em 2027, mas o contrato pode ser renovado.

A EDP Brasil também quer ampliar os negócios com serviços de energia, a partir de projetos em mobilidade elétrica e em geração distribuída fotovoltaica. No segmento solar, a carteira de projetos da companhia soma 46 megawatts-pico (MWp), sendo que 24 MWp já estão entregues.

Em relação a investimentos, a empresa vai manter um nível de aportes relevantes em 2020, mas os valores devem ficar abaixo dos R\$ 2,8 bilhões de 2019, o maior montante já executado pela EDP Brasil. Assim como no último ano, os investimentos devem ficar concentrados na área de transmissão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/02/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: CTG investe R\$ 14,4 milhões em projetos de mobilidade elétrica****Uma das iniciativas é a criação de uma plataforma digital de comercialização de energia elétrica para postos de recarga de veículos**

Uma das maiores geradoras privada de energia do país, a CTG Brasil, controlada pela China Three Gorges Corporation, decidiu estrear no segmento de mobilidade elétrica. A empresa investirá R\$ 14,4 milhões em dois projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na área, que envolverão a instalação de eletropostos e a criação de uma plataforma aberta de comercialização de energia limpa.

Os empreendimentos fazem parte de uma chamada realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no ano passado para interessados no desenvolvimento de soluções em mobilidade elétrica. No total, foram aprovados 30 projetos, com investimentos R\$ 72,2 milhões das empresas envolvidas.

Uma das iniciativas da CTG Brasil consiste na implantação de uma rota de postos de carregamento de veículos elétricos acessíveis à população em toda a extensão da região que interliga as usinas de Jupiá e Ilha Solteira, da CTG Brasil, entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A companhia também vai fornecer veículos elétricos para que seus funcionários façam o deslocamento entre as duas usinas, podendo usufruir da rota implantada. Para este projeto, estão reservados investimentos de R\$ 8,2 milhões, com entrega programada para junho de 2022 e em parceria com as empresas Lactec e In Charge.

O segundo projeto de P&D se propõe a criar uma plataforma digital de comercialização de energia elétrica para postos de recarga de veículos. O objetivo é que a plataforma funcione como um balcão de oportunidades na comercialização de energia para mobilidade. Com conclusão programada para dezembro de 2021, a ação terá investimentos de R\$ 6,2 milhões e parceria das empresas Sinapsis, Way 2 e Eidee.

“Procuramos fazer com que os projetos iniciassem juntos, pois a ideia é promover internamente sinergias entre os dois”, explica Carlos Nascimento, gerente de P&D da CTG Brasil.

Segundo o diretor comercial da geradora, Vitor Hugo Lazzareschi, a aposta em mobilidade elétrica está alinhada à estratégia da empresa. “Investir em projetos de inovação é o foco da CTG Brasil. Em 2019, nosso investimento em inovação [em P&D] aumentou 50% em relação a 2018, para R\$ 12 milhões”, afirma. Hoje, a CTG tem 23 projetos de P&D no país, sendo que quase metade do portfólio é voltada à preservação do meio ambiente.

Ainda de acordo com Lazzareschi, o futuro do setor de transportes deverá acompanhar a crescente conscientização da sociedade sobre a importância do consumo de produtos e serviços produzidos a partir de energia limpa. “A mobilidade elétrica é uma tendência em expansão. Gradualmente, os preços de diversos tipos de veículos elétricos tendem a cair”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho — Do Rio

Título: Produção deve elevar lucro da Petrobras

O crescimento de 13,7% da produção de petróleo e gás natural da Petrobras no quarto trimestre de 2019, ante igual período do ano anterior, para 3,025 milhões de barris de óleo equivalente diários (BOE/dia) deve impulsionar o resultado da petroleira nos últimos três meses do ano passado, que será divulgado hoje, após o fechamento do mercado. A última linha do balanço também deve ser afetada positivamente por vendas de ativos concluídas no período e pela reversão de provisão de R\$ 1,3 bilhão. Esse valor é referente a uma sentença favorável obtida pela Petrobras em arbitragem contra a empresa de sondas em recuperação judicial Sete Brasil.

Média elaborada pelo **Valor** com base em estimativas colhidas de seis casas de análise (Morgan Stanley, Goldman Sachs, Credit Suisse, Santander, Safra e BTG Pactual) indicou lucro líquido da ordem de R\$ 9,3 bilhões entre outubro e dezembro de 2019, montante mais de quatro vezes superior ao apurado em igual período do ano anterior. Na mesma comparação, as projeções apontam para queda da receita líquida, da ordem de 12%, para cerca de R\$ 86 bilhões, e crescimento em torno de 12% do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), para número na casa dos R\$ 36 bilhões.

Com relação à produção, o Credit Suisse calcula que o aumento de 6,6%, ou 130 mil barris diários de óleo extraídos pela Petrobras, no quarto trimestre, ante o trimestre exatamente anterior pode adicionar US\$ 600 milhões ao Ebitda da empresa no período. Mesmo com um preço do petróleo relativamente estável

(aumento de 1% ante o terceiro trimestre), uma melhora nos preços domésticos da gasolina e diesel também pode acrescentar US\$ 350 milhões ao Ebitda dos últimos três meses do ano, na visão do banco.

“Esperamos um forte conjunto de resultados devido ao aumento da produção. Também é uma boa amostra de resultados da Petrobras com o Brent na faixa de US\$ 60 a US\$ 65 [o barril]”, destaca o Credit Suisse, em relatório.

“A Petrobras deve se beneficiar de uma maior produção no quarto trimestre de 2019”, acrescenta o J.P. Morgan, em relatório.

O Goldman Sachs, que trabalha com crescimento de 5% da produção da Petrobras entre 2019 e 2021, destacou que, em novembro, a petroleira colocou em operação a plataforma P-68, no campo de Berbigão, no pré-sal da Bacia de Santos. “A Petrobras foi capaz de colocar em operação oito novos sistemas de produção em menos de 24 meses, pela primeira vez, ajudando a companhia a alcançar novo recorde diário de produção em dezembro”, lembrou o banco, em relatório.

Os indicadores operacionais da petroleira no último trimestre de 2019 também chamaram a atenção do Safra. Em relatório, o banco vê perspectivas de sólidos crescimento da produção e de geração de caixa da empresa.

O resultado previsto para o quarto trimestre da Petrobras, somado ao lucro acumulado da petroleira nos primeiros nove meses do ano passado (de R\$ 32 bilhões), deve levar a companhia a registrar um número positivo para o ano de 2019 ao redor de R\$ 40 bilhões, cerca de 60% maior que em 2018 e consolidando o segundo ano consecutivo de resultado positivo, após quatro anos de perdas.

O Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Inep), porém, ressalta que o resultado esperado da Petrobras em 2019 é, em boa medida, influenciado por receitas não recorrentes de venda de ativos que totalizam R\$ 44,5 bilhões. “Entre os ativos vendidos, destacaram-se a TAG, a BR Distribuidora e campos maduros na Bacia de Campos”, afirmou a instituição.

O Inep lembra ainda que o resultado esperado para 2019 somente será alcançado se os gastos relativos ao pagamento de bônus de assinatura na aquisição dos blocos arrematados nos leilões do ano passado, de cerca de R\$ 35 bilhões após descontado o valor que a companhia recebeu da União pela revisão do acordo da cessão onerosa, não impactarem as despesas da empresa. Mas, na avaliação do instituto, como as despesas com bônus de assinatura são lançadas como ativos e depreciadas ao longo do tempo, a partir da

comprovação da viabilidade técnica e comercial da produção de óleo e gás nas áreas leiloadas, estas não deverão afetar os gastos da companhia. **(Colaboraram Letícia Fucuchima, Rita Azevedo e Stella Fontes, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Ipiranga melhora, mas ganho do Ultra no 4º tri será menor, dizem analistas

A Ipiranga, distribuidora de combustíveis do grupo Ultra, registrou desempenho melhor no quarto trimestre, mas insuficiente para garantir o crescimento do resultado operacional e dos ganhos da controladora Ultrapar na comparação anual, na avaliação de seis casas de análise cujas estimativas foram compiladas pelo **Valor**. A companhia divulga balanço financeiro hoje, depois do fechamento dos mercados.

Para a última linha do balanço, a média das projeções de Goldman Sachs, Bradesco BBI, Safra, BTG Pactual, Santander e Credit Suisse aponta queda de 34% no lucro líquido frente aos R\$ 496 milhões do quarto trimestre de 2018, para R\$ 325,2 milhões. As estimativas variaram de R\$ 288 milhões a R\$ 377 milhões.

O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado, por sua vez, deve ter recuado 6,4% na mesma comparação, para R\$ 929,2 milhões. Para a receita líquida, considerando-se as estimativas de três dos seis bancos, a previsão é de alta de 3,8%, para R\$ 24,4 bilhões.

Na avaliação dos analistas, a Ipiranga deve ser o destaque positivo do trimestre, beneficiada sobretudo pela sazonalidade positiva e por ganhos com inventário, na esteira do aumento dos preços e da importação de combustíveis. Na outra ponta, o desempenho da Oxitenó foi fraco, pressionado pelos spreads petroquímicos em baixa e pela demanda desaquecida.

No geral, de acordo com o analista Regis Cardoso, do Credit Suisse, os resultados da Ultrapar devem ser “relativamente bons”, por causa da expectativa de crescimento mais fraco na Ipiranga do que o registrado por outras distribuidoras de combustíveis, na comparação com o trimestre anterior.

O banco projeta para a operação uma margem Ebitda de R\$ 104 por metro cúbico, alta de 4%. O ritmo é menor do que o esperado ou visto por suas concorrentes por causa das despesas com vendas superiores e da margem de reposição inferior.

O Safra estima para a Ipiranga margem Ebitda de R\$ 103 por metro cúbico, bem acima dos R\$ 92 por metro cúbico vistos um ano antes. A expectativa, conforme os analistas Kaique Vasconcellos e Daniel Travitzky, é de volume de vendas consolidado praticamente estável, com alta de 2,5% na gasolina e queda de 0,5% em diesel.

Para os analistas Vicente Falanga e Gustavo Sadka, do Bradesco BBI, o desempenho da Ultragaz também deve se destacar positivamente no trimestre, com expansão de 21% do Ebitda na comparação anual, para R\$ 147 milhões, apesar da queda frente ao terceiro trimestre explicada pelos preços mais altos do gás liquefeito de petróleo (GLP) e da sazonalidade desfavorável.

Por outro lado, os analistas do Bradesco apontam que o desempenho da Oxitenos deve ter sido fraco mais uma vez, influenciado por margens menores do monoetileno glicol e pelo desaquecimento das vendas típico desse período do ano.

O Credit Suisse projeta piora da Oxitenos na comparação trimestral, assim como para Ultragaz e Ultracargo. O mais recente negócio do grupo, a Extrafarma, também não deve trazer números fortes, ainda sob o efeito da estratégia de fechamento de lojas não rentáveis. Para o Goldman Sachs, entretanto, a Ultragaz deve sustentar a expansão de margem alcançada no terceiro trimestre, beneficiada pelo melhor mix de vendas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume — Financial Times, de Londres

Título: Novo chefe da BHP sinaliza mudanças nos negócios

O novo executivo-chefe da BHP disse que deseja expandir-se na produção das commodities que vão ser necessárias na transição a uma economia de baixas emissões de carbono e disse estar disposto a vender suas operações de carvão térmico pelo preço justo.

Mike Henry, na apresentação do primeiro balanço financeiro desde que assumiu o comando da mineradora anglo-australiana na virada do ano, disse que embora a BHP tenha muita presença na exploração de potássio, um fertilizante agrícola, precisa de mais opções em metais “voltados ao futuro”. “Precisamos de mais cobre e precisamos de mais níquel”, disse Henry a repórteres. “Temos, de fato, certo crescimento a frente para nós nessas commodities, mas acho que para o futuro mais distante, gostaríamos de ter mais opções.”

Nova direção da mineradora vai investir no que chama de “novos metais”, como o cobre e o níquel

A maioria das grandes mineradoras do mundo vem procurando oportunidades para expandir-se na exploração de cobre, que é usado em turbinas eólicas, e na de níquel, matéria-prima essencial para as baterias que alimentam os veículos elétricos. Depósitos grandes e de boa qualidade desses metais, no entanto, começam a ficar mais difíceis de encontrar.

No momento, a maior operação da BHP é a produção de minério de ferro. Também minera carvão de coque, outro ingrediente fundamental na siderurgia, e produz petróleo. O carvão térmico, por sua vez, é usado em usinas para gerar eletricidade. Henry disse ter “forte preferência” por crescer em metais “voltados ao futuro”, mas por meio da exploração própria e de alianças com mineradoras menores, não de aquisições.

“Tendo visto os problemas de aquisições no momento errado do ciclo ou [de] ativos que já estavam [em mercados] saturados, não quero que entremos nisso”, disse Henry, aparentemente se referindo à malsucedida investida da BHP no setor de xisto nos EUA.

No que se refere ao carvão térmico, Henry disse que se trata de uma parte muito pequena do portfólio de ativos da empresa e que “se alguém apresentasse uma oportunidade para que saíssemos [do setor] por um [bom] valor, consideraríamos isso”. A BHP tem minas na Austrália e na Colômbia.

O executivo deu as declarações depois de a BHP ter anunciado aumento de 39% no lucro do segundo semestre, beneficiada pelos altos preços do minério de ferro.

No semestre encerrado em dezembro, a BHP contabilizou lucro líquido básico, depois dos impostos, o indicador mais acompanhado pelos analistas, de US\$ 5,2 bilhões e receita de US\$ 23 bilhões. A dívida líquida subiu 21%, para US\$ 12,8 bilhões, uma vez que a BHP foi obrigada a adotar novas regras contábeis em contratos de arrendamento.

A companhia anunciou um dividendo interino, pago semestralmente, de US\$ 0,65 por ação. Embora seja o segundo maior da história, ficou abaixo do esperado pelos analistas, de US\$ 0,71 por papel. “Operacionalmente, [o resultado ficou] dentro do esperado pelo mercado, mas os dividendos ficaram abaixo das expectativas”, disseram analistas do UBS.

A BHP ressaltou que o dividendo, equivalente a 63% do lucro básico, 12 pontos percentuais a menos do que há um ano, é reflexo das preocupações com o impacto do surto mortal de coronavírus sobre o crescimento mundial e seu foco em reduzir o endividamento líquido. A mineradora projetou crescimento para a economia mundial entre 3,0% e 3,5% neste ano, mas alertou para o fato de que precisará rever a previsão para baixo se não ficar demonstrado que o coronavírus está “bem contido” até o fim de março. Isso também influenciaria suas estimativas de crescimento na demanda por commodities.

Perguntado sobre o que pensa sobre o futuro da BHP, Henry, que antes comandava os ativos da empresa na Austrália, incluindo as operações principais, de minério de ferro no país, disse que sua atenção está voltada a “liberar o potencial pleno” da companhia.

Sob o comando de Andrew Mackenzie, antecessor de Henry, a BHP enxugou operações. Desmembrou um grupo de ativos não essenciais e os agrupou em uma nova empresa, além de ter vendido a unidade deficitária de petróleo de xisto nos EUA.

Também tentou assumir a liderança da indústria mineradora nos esforços contra as mudanças climáticas. Em 2019, anunciou que planejava passar a divulgar metas públicas para as “emissões de Escopo 3”, que incluem, por exemplo, as emissões produzidas por seus clientes, como as grandes siderúrgicas na China. Henry disse que a empresa vai divulgar neste ano a atualização desses planos.

Segundo analistas, Henry vai ter pela frente três grandes decisões estratégicas a tomar. O futuro dos ativos de petróleo da empresa, a saída ou não da área de carvão térmico e se vai construir uma gigantesca mina de potassa no Canadá.

Durante a apresentação dos resultados na segunda-feira, Peter Beaven, que perdeu a disputa pelo cargo de Henry, procurou esclarecer as especulações sobre seu futuro, dizendo que continua “contente” na BHP. “Este é o lugar em que preciso estar”, disse o diretor de finanças da empresa. “E desejo desempenhar qualquer papel que eu possa.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/02/2020****Seção: Agronegócios****Autor: Por Camila Souza Ramos — De São Paulo****Título: B3 terá plataforma para o registro de CBios em abril****Créditos serão usados pelas distribuidoras para atender às metas de descarbonização previstas no RenovaBio**

A B3 disponibilizará, a partir da segunda quinzena de abril, uma plataforma de registro dos Créditos de Descarbonização (CBios), que serão usados pelas distribuidoras para atender às metas de descarbonização previstas no programa federal RenovaBio. Um CBio equivale à emissão de 1 tonelada de gás carbônico evitada.

As negociações dos CBios serão feitas em mercado de balcão, intermediadas por corretoras e bancos, por telefone, e também na plataforma Trader, da B3, onde são negociados títulos de renda fixa. A disponibilização do sistema aos negociadores também ocorrerá na da segunda quinzena de abril.

Inicialmente, as transações devem se concentrar no mercado de balcão, entre os produtores e importadores de biocombustíveis - os detentores dos CBios - e as distribuidoras, disse Fabio Zenaro, diretor de Produtos de Balcão, Commodities e Novos Negócios da B3. “Conforme esse mercado se desenvolver, pode ter adesão de outros players, como investidores institucionais ou pessoas físicas”, disse.

A B3 divulgará diariamente em seu site dados gerais sobre as negociações, como volume transacionado e preços. A bolsa também registrará quando uma distribuidora comprar o papel e aposentá-lo, comprovando o atendimento à sua meta individual de descarbonização.

As informações sobre as negociações e aposentadorias dos CBios serão transmitidas à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que atuará como reguladora desse mercado - tal como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central (BC) no caso de valores mobiliários e ativos financeiros, respectivamente.

Os CBios são gerados a partir da venda de biocombustível no mercado interno e de forma proporcional à nota de eficiência energética - o quanto o renovável “economiza” em emissões de gases-estufa em comparação ao combustível fóssil concorrente - daquele produto.

Até 24 de dezembro, precisarão ser comercializados ao menos 28,7 milhões de CBios, que é a meta de redução de emissões estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para este ano.

Miguel Lacerda, diretor do Departamento de Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME), disse recentemente que a oferta de CBios para 2020 já estava garantida, se considerados todos os produtores já certificados para o RenovaBio e os que estão em processo de certificação. Até ontem, já obtiveram certificação 28 produtores de etanol e de biodiesel e 210 estavam em processo de certificação, segundo a ANP.

Por enquanto, os produtores certificados estão gerando o lastro ambiental dos CBios a que têm direito (“pré-CBios”). As notas fiscais das vendas realizadas desde 24 de dezembro são enviadas a uma plataforma do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e checadas pela ANP. Para a negociação dos CBios, os produtores ainda terão que contratar instituições financeiras para escriturar os papéis.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/02/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: TRT manda Petrobrás suspender cortes no PR

Fechamento de fábrica no Estado foi estopim de greve de petroleiros que completa 19 dias

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Paraná determinou ontem a suspensão das demissões na Araucária Nitrogenados (Ansa), uma subsidiária da Petrobrás no Estado, até 6 de março, quando está marcada audiência entre a direção da estatal e o sindicato que representa a categoria. A decisão da Petrobrás de fechar a fábrica é o principal motivo da greve de petroleiros em várias unidades no País que entra hoje em seu 19.º dia. A fábrica está sendo fechada, segundo a Petrobrás, porque vem apresentando consecutivos prejuízos. O fim das atividades vai representar a demissão de 396 empregados diretos.

Após a decisão da Justiça do Paraná, a direção da Federação Única dos Petroleiros (FUP), que está à frente da paralisação, afirmou que “permanece aberta para avançar no diálogo e na negociação com a Petrobrás”. Na segunda-feira, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) declarou o movimento ilegal e de ter motivação política. Apesar disso, a FUP decidiu manter a paralisação. Para tentar pressionar os grevistas, a Petrobrás distribuiu comunicado dizendo que a

responsabilidade pela continuidade do movimento passou a ser agora “de cada empregado”.

Ainda no comunicado aos empregados, a direção da Petrobrás diz que o corte no salário vai aparecer no pagamento da próxima sexta-feira, e que será retroativo à data de adesão à greve – e não à decisão do TST. O mesmo vale para a remuneração das férias. Segundo o advogado trabalhista Maurício Tanabe, sócio do Campos Mello Advogados, com a decisão do TST a companhia poderá demitir por justa causa os funcionários que não retomarem as atividades no prazo de um mês. A FUP diz que não registrou queda no número de adesões. “Pelo contrário, o movimento está cada vez mais forte”, afirmou o diretor do sindicato Deyvid Bacelar. Pelas contas da federação, uma manifestação de apoio à greve reuniu ontem, no centro do Rio, 15 mil pessoas em frente à sede da estatal.

“Vamos conversar com os nossos sindicatos e com a nossa base para definir o melhor caminho”, afirmou o diretor da FUP, Tadeu Porto, em vídeo divulgado na página da federação na internet. Ele e mais três sindicalistas estão na sede da estatal desde o dia 31. São integrantes de uma comissão permanente que se instalou no prédio à espera de nova rodada de negociação com a equipe de recursos humanos da companhia. Enquanto isso não acontece, permanecem mobilizados, sem data para sair. Inicialmente, a comissão era formada por cinco diretores da FUP. Mas um deles passou mal ontem e decidiu deixar a sala de reunião onde ficou por 17 dias.

Abastecimento. A direção da Petrobrás e a FUP afirmam que até agora a produção de petróleo e derivados está mantida e não há risco de desabastecimento. Mas, segundo a empresa, isso só está acontecendo porque uma equipe de contingência, formada por pessoal contratado e funcionários próprios, está compensando a ausência dos cerca de 21 mil trabalhadores que teriam aderido ao movimento, segundo cálculo da entidade sindical. Responsável por garantir a oferta de combustíveis à população, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) acompanha de perto as operações nas plataformas e refinarias.

O diretor Felipe Kury disse manter contato diário com um escritório de crise montado pela empresa. Ele acrescenta que, mesmo que toda produção seja interrompida por conta da greve, os estoques da Petrobrás e das empresas distribuidoras seriam suficientes para suprir a população pelo prazo de oito a dez dias, em média. Os estoques, porém, são menores na região Sudeste do País, onde estão instaladas as maiores refinarias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/02/2020****Seção: Economia****Autor:****Título: Exportação de petróleo avança em ritmo forte**

Os números apresentados há alguns dias pela Petrobrás deixam clara a estratégia brasileira para se tornar um dos principais players globais da energia fóssil. A produção de óleo bruto em 2019 atingiu, em média, 2,172 milhões de barris por dia (b/d), aumento de 6,7% em relação a 2018 e superior à meta de 2,1 milhões de b/d. A produção total de petróleo e gás natural atingiu, em média, 2,77 milhões de b/d equivalentes (+5,4% em relação a 2018), alcançando 3,03 milhões de b/d no último trimestre – período em que a alta foi de 13,7% comparativamente ao quarto trimestre de 2018. São números expressivos que a Petrobrás pretende repetir em 2020.

É clara a ênfase da empresa na exploração e na extração de óleo. Isto é, o País não vai esperar que a commodity perca espaço num mundo cada vez mais preocupado com o meio ambiente e com a ameaça representada pelo consumo intenso de combustíveis fósseis. A Petrobrás parece querer extrair a maior quantidade possível de petróleo bem antes de que uma nova matriz energética, com ênfase em preocupações ambientais, se torne impositiva. Isso poderá levar uma década ou mais, mas já influencia a política da companhia. Empresas de energia têm de planejar para o longo prazo.

Simultaneamente, a empresa intensifica as exportações de óleo bruto, que cresceram 25,2% entre 2018 e 2019, ano em que a média diária exportada foi de 536 mil barris. O recorde ocorreu em novembro, com 767 mil barris/dia exportados. A política da Petrobrás assemelha-se mais à de uma empresa privada de petróleo. Essa política ainda é objeto de saudosismo de parte do pessoal que recorda os tempos em que a empresa agia como braço do Estado, destinando maiores verbas a iniciativas de cunho social. Foi o que lembrou Rosângela Buzanelli, eleita representante dos empregados no conselho de administração da Petrobrás. “A visão hoje é de empresa privada”, disse Rosângela ao jornal Valor. É e deve ser, embora ela discorde.

A Petrobrás começou a ser saneada nas administrações Pedro Parente e Ivan Monteiro. Na atual gestão, presidida por Roberto Castello Branco, exhibe resultados crescentes. Exemplo disso foi a absorção por investidores, há alguns dias, da maior colocação de ações da história brasileira: R\$ 22,06 bilhões em ações ordinárias da Petrobrás pertencentes ao BNDES.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 19/02/2020**Seção:** Internacional**Autor:****Título:** Venezuela cede parte do controle de reservas petrolíferas

Empresas privadas vêm extraíndo e exportando petróleo venezuelano, em cenário de sanções impostas pelos EUA

Em um gesto de sobrevivência, após décadas no comando do seu setor petrolífero, o governo de Nicolás Maduro resolveu ceder o controle da sua indústria para companhias estrangeiras, para dar fôlego à economia e se manter no poder. Trata-se de uma reviravolta na estratégia da Venezuela em relação ao domínio de suas reservas de petróleo, as maiores do mundo e a espinha dorsal da economia do país. Sob o peso das sanções americanas e os efeitos da corrupção e má gestão, a Petroleos de Venezuela, ou PDVSA, vem se desintegrando e abrindo espaço para parceiros estrangeiros. Na prática, companhias privadas vêm extraíndo o petróleo bruto, promovendo as exportações, pagando os funcionários, comprando equipamentos e até mesmo contratando equipes de segurança para proteger suas operações no interior do país, hoje em situação de ruína, segundo consultores da área de petróleo que trabalham no país. Para Rafael Ramírez, que dirigiu o setor no país por mais de uma década, o que ocorre é “uma privatização oculta”.

Mais sanções. Diante de um quadro já acirrado, os Estados Unidos apertaram ainda mais o cerco financeiro contra a Venezuela ao inserirem ontem uma gigante petrolífera russa, que compra e revende petróleo, entre os proibidos de fazer negócios com os americanos. A Rosneft Trading é uma subsidiária da maior companhia de petróleo da Rússia, a Rosneft, e o principal comprador e revendedor do petróleo produzido na Venezuela. Na visão do presidente Donald Trump, a Rosneft ajuda economicamente o regime chavista ao sustentar o setor venezuelano de óleo e gás. A medida aumenta a pressão sobre a Rússia, considerada por Washington como o principal apoiador de Maduro. O governo americano também alertou para que outras empresas parem de negociar com a Rosneft Trading nos próximos 90 dias.

A ação ainda congela ativos financeiros da subsidiária russa nos EUA, assim como o da diretoria e do presidente da companhia. O secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, discutiu o tema com o ministro de Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, em um encontro em Munique, na Alemanha. A ação dos EUA é uma resposta a um papel cada vez mais central da Rosneft nos negócios da Venezuela, segundo a agência Reuters. A guerra econômica declarada de Trump ao regime chavista abriu caminho para que a Rússia dominasse o

mercado venezuelano de petróleo. Autoridades dos EUA dizem que acordos secretos entre Moscou e Caracas para produzir, transportar e vender petróleo para outros mercados se tornaram uma mina de ouro para a Rússia, que está fazendo empresas estatais ganharem cerca de US\$ 120 milhões por mês.

Desde que Hugo Chávez implementou no país princípios socialistas, em 1999, a Rússia se tornou seu principal fornecedor de equipamentos e consultores militares, um apoiador consistente em organismos internacionais e uma fonte essencial de empréstimos e investimentos governamentais. Moscou está se mostrando disposta a absorver o risco de sanções dos Estados Unidos. Freta navios de terceiros, obscurecendo a origem do petróleo ao comercializá-lo em todo o mundo. Mas também cobra bem caro a Maduro: às vezes por meio de taxas ou com fortes descontos na compra do insumo. /AFP, REUTERS e WP

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/02/2020

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt, Fernanda Guimarães

Título: » Conta mais barata.

Coluna do broadcast

O Banco do Brasil inaugura no dia 12 sua primeira usina de energia fotovoltaica. Ela será construída em Porteirinha (MG), pela EDP Brasil. A energia possibilitará à instituição reduzir em cerca de R\$ 58 milhões a conta de luz, em um período de 15 anos.

» Na fila. Além dela, o BB tem outras seis usinas previstas para serem inauguradas em Minas, Distrito Federal, Goiás, Pará, Ceará e Bahia. » Bola da vez. O setor financeiro tem se dedicado ao tema. O Bradesco se comprometeu a usar 100% de energia renovável em todo o conglomerado até o fim de 2020. O Santander assumiu o compromisso de utilizar energias renováveis em 100% de sua operação até 2025.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/02/2020

Seção: Política

Autor:

Título: Denúncia contra Jucá e Raupp é confirmada

A força-tarefa da Lava Jato no Paraná ratificou a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra os ex-senadores emedebistas Romero Jucá (RR) e Valdir Raupp (RO) por corrupção e lavagem de dinheiro em contratos da Transpetro,

subsidiária da Petrobrás. Sem foro, Jucá e Raupp tiveram seus casos enviados à Justiça Federal no Paraná. As defesas não foram localizadas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/02/2020

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Queda de braço

Direto da fonte

Simone Tebet, presidente da CCJ do Senado, segue disposta a barrar o lobby que o mercado exerce sobre quem regula setores como energia, aviação e telefonia. Vai apressar a tramitação de projeto de sua autoria que impõe quarentena de um ano aos candidatos a dirigir agências reguladoras após seu desligamento da empresa onde atuavam. Para tanto, a emedebista designou Antonio Anastasia, do PSDB mineiro, para relatar a matéria. Ela acha que dá pra passar o projeto até abril.

Queda 2

O item que previa a quarentena foi vetado por Bolsonaro na Lei Geral, em vigor desde o ano passado. Ele retorna à vitrine num momento em que as companhias aéreas low cost se unem para tentar cobrar dos passageiros pelo uso do compartimento acima dos assentos. A Anac foi acionada pelo MPF.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/02/2020

Seção: Mercado

Autor: Katna Baran

Título: Tribunal suspende demissões em subsidiária da Petrobras

Em contrapartida, sindicato se compromete a pedir encerramento de greve

Curitiba O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná determinou nesta terça-feira (18) a suspensão das demissões na Araucária Nitrogenados (Ansa), subsidiária da Petrobras no Paraná, até a próxima audiência entre o sindicato que representa a categoria e a estatal, que irá ocorrer em março.

Em contrapartida, o Sindiquímica-PR (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas do Paraná) se comprometeu a cessar o movimento em frente à

fábrica paranaense e solicitar o encerramento da greve nacional dos petroleiros, que está no 18o dia.

O fechamento da fábrica, com quase mil funcionários (396 próprios e 600 terceirizados), é uma das principais pautas da paralisação.

A FUP (Federação Única dos Petroleiros) informou que não há decisão sobre suspensão da greve e que o tema será avaliado em reunião nesta quarta-feira (19).

Segundo a federação, o movimento já tem a adesão de 21 mil empregados. Há mobilizações em 121 unidades da estatal, entre plataformas de produção de petróleo, refinarias e terminais.

Eles também protestam contra mudanças em temas como troca de turno e pagamento de horas extras que, segundo eles, foram definidas sem negociação prevista no acordo coletivo.

Na audiência desta terça no Paraná, a Petrobras apresentou melhores condições aos funcionários que serão dispensados com o fechamento da fábrica no estado.

A proposta inclui aviso prévio indenizado, benefícios, como plano médico e odontológico, estendidos aos 144 empregados que seriam desligados já na sexta-feira (14), pagamento proporcional de 40% da remuneração de dezembro, com acréscimo de meia remuneração ao final, com piso de R\$ 60 mil e teto de R\$ 210 mil.

Não satisfeito, o Sindiquímica-PR sugeriu a suspensão das demissões por 15 dias e a instalação de uma comissão de negociação de abrangência nacional para discutir a proposta, o que foi acatado pela desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista, presidente da audiência.

A associação afirma que, desde o anúncio da demissão em massa, em janeiro, não houve negociação coletiva, o que violaria um acordo coletivo de trabalho com a empresa.

A Ansa, fabricante de composto de fertilizantes da Petrobras no Paraná, protestou contra a suspensão das demissões, afirmando que os postos de trabalho não existem mais, já que a estatal optou pelo encerramento das atividades.

Na sexta-feira, dos 144 empregados convocados para a primeira etapa de demissões, apenas 7 aceitaram o pacote oferecido pela empresa e assinaram os

papéis de dispensa. Com a nova determinação, esta primeira fase de demissões também foi suspensa.

Na audiência, representantes da Ansa afirmaram ainda que devem convocar para o trabalho apenas os funcionários necessários para o processo de hibernação da fábrica e que os demais deverão aguardar as negociações em casa.

O sindicato pediu também que as tratativas ocorram no Rio de Janeiro, sede nacional da Petrobras, o que foi negado pela empresa, que prefere continuar as audiências em Curitiba.

Diretor do Sindiquímica, Alexandre dos Santos afirmou que a ideia agora é negociar com a empresa.

“Para poder chegar ao dia da audiência [em março] com algo palpável”, disse.

Em comunicado interno distribuído nesta terça, a Petrobras solicitou que os empregados grevistas voltem ao trabalho e reforçou que os dias parados serão descontados, uma vez que a greve foi declaração ilegal pelo TST.

No texto, a empresa diz que, agora, “a obrigação é de cada empregado”. A companhia já fez descontos no pagamento do dia 10 e fará também no dia 21, alegando que a contraprestação do serviço não foi feita. No texto, diz que os descontos podem impactar também no pagamento das férias.

Procurada, a Petrobras não havia se pronunciado até a conclusão deste texto.

Colaborou Nicola Pamplona, do Rio de Janeiro

ANP diz que greve de petroleiros ainda não impacta suprimento de combustíveis

Segundo o diretor Felipe Kury, a agência vem acompanhando a situação em conjunto com a sala de crise da Petrobras e, até agora, a estatal tem conseguido operar suas unidades operacionais apesar da forte adesão à greve.

Ele afirmou, porém, que a manutenção da produção dependerá de quanto tempo a Petrobras conseguirá manter a operação com equipes de contingência.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 19/02/2020**Seção:** Mercado**Autor:** Daniel Carvalho**Título:** Maia diz que vai deixar projeto de mineração em terras indígenas 'ali do lado da mesa'

Brasília O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta terça-feira (18) que não tem como devolver um projeto de lei do presidente Jair Bolsonaro que autoriza mineração e geração de energia elétrica em terras indígenas.

No entanto, ele afirmou que não é o momento adequado para esse debate e que, por isso, deixará o texto “ali, do lado da mesa” Segundo Maia, o texto não é inconstitucional e, por isso, não pode devolvê-lo ao Executivo.

“Esse é um debate que precisava ser feito de uma outra forma. Primeiro, discutir o tema de forma um pouco mais ampla, para depois encaminhar um projeto, que gera muitas dúvidas, muita insegurança para muitas pessoas, mas ele não é inconstitucional”, afirmou.

O presidente da Câmara disse que, se devolvesse o projeto, estaria passando por cima da Constituição.

“Agora, ele [o projeto] não terá, por parte da Câmara, a urgência que alguns gostariam. Vamos aguardar, deixar ele ali, do lado da mesa, para que, no momento adequado, agente trate esse debate com todo o cuidado do mundo.”

O projeto visa regulamentar a exploração mineral e energética, como de petróleo e de gás.

Para a atividade de garimpo, as comunidades indígenas teriam poder de veto. Para a exploração energética, como a construção de hidrelétricas, elas seriam apenas consultadas previamente.

O projeto de lei para autorizar garimpo em terra indígena é uma promessa antiga de Bolsonaro, e a medida era estudada desde 2019.

Em 2019, Maia já havia criticado a ideia do garimpo em terras indígenas. Ele disse que arquivaria um eventual projeto de legalização caso fosse enviado pelo Executivo.

Pesquisa Datafolha do fim do ano passado contratada pela organização não governamental ISA (Instituto Socioambiental) mostra, por exemplo, que a população brasileira rechaça a proposta de mineração em terras indígenas.

Segundo o levantamento, 86% dos brasileiros discordam da permissão à entrada de empresas de exploração mineral nas terras indígenas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/02/2020

Seção: Economia

Autor: JOAO SORIMA NETO SÃO PAULO

Título: União quer acelerar venda da Eletrobras

O secretário especial de Desestatização, Salim Mattar, afirmou ontem que o modelo de privatização da Eletrobras deve ser definido nos próximos dias. Com isso, disse, será possível que a capitalização da estatal de energia com a redução da participação da União a uma posição minoritária caminhe ainda este ano.

—Vamos vender o controle pelo maior valor possível. A modelagem será concluída nos próximos dias — afirmou o secretário, que participou de um evento do banco BTG, em São Paulo.

O secretário acrescentou que o governo deve privatizar 300 das 600 empresas estatais que existem atualmente, mas descartou a venda do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras ainda no atual mandato do presidente Jair Bolsonaro, que termina em 2022. Para Mattar, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados estão cientes da responsabilidade de capitalizar a Eletrobras. No mesmo evento, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que o que falta é a modelagem do processo.

A meta do governo federal este ano é arrecadar R\$ 150 bilhões com privatizações e desinvestimentos, disse Mattar:

— O mercado está aquecido, temos bons ativos e estamos animados com o que poderemos entregar em 2020.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/02/2020

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E GABRIELA OLIVA*

Título: Após decisão do TST, petroleiros mantêm greve

Apesar de o ministro Ives Gandra ter considerado o movimento abusivo, paralisação contínua. Categoria faz manifestação na sede da Petrobras, que

nega risco de desabastecimento. No Paraná, Justiça suspende demissões temporariamente

Um dia depois de o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra declarar a greve dos petroleiros abusiva, sindicatos mantiveram o movimento e fizeram ontem uma manifestação na porta da Petrobras. No Paraná, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) determinou a suspensão das demissões dos mil funcionários da fábrica de fertilizantes Fafen-PR até a próxima audiência entre sindicatos e a estatal, em 6 de março.

A Federação Única dos petroleiros (FUP) considerou a medida “uma vitória parcial importante dos petroleiros”, mas não decidiu sobre suspender a greve em contrapartida. A estatal não se pronunciou.

A decisão da Petrobras de fechar a unidade é o motivo alegado pelos petroleiros para a greve, que completou ontem 18 dias. Sindicatos acusam a estatal de descumprir acordo coletivo que proíbe a demissão conjunta sem negociação com a categoria. A Petrobras argumenta que, desde que adquiriu a Fafen-PR da Vale, em 2013, acumula prejuízos. E diz que os funcionários são anteriores à aquisição, portanto não poderiam ser reaproveitados em outras unidades da estatal.

A FUP afirmou que vai recorrer da decisão de Gandra e decidiu manter a greve diante do que classificou de “tentativas de intimidação e assédio dos gestores da Petrobras”.

A estatal acionou a Justiça acusando a greve de ter motivação política. Alegou que os sindicatos estavam descumprindo a determinação do TST de manter 90% das equipes nas unidades trabalhando. Na segunda-feira, liminar de Gandra autorizou a Petrobras a aplicar “sanções disciplinares” em caso de descumprimento da determinação “a partir do reconhecimento da abusividade da greve e da ilegalidade praticada por aqueles que nela permanecerem’..

MEDIAÇÃO SOB CONDIÇÃO

Ontem, Gandra se disse disposto a abrir uma nova rodada de mediação no TST entre os petroleiros e a Petrobras até sexta-feira, mas condicionou isso à suspensão da greve.

Em nota, a FUP e os 13 sindicatos filiados argumentaram que o direito de greve é garantido na Constituição e disseram confiar na revisão da decisão de Gandra pelo colegiado da Seção de Dissídio Coletivo (SDC) do TST no julgamento previsto para 9 de março.

A Petrobras diz aguardar o retorno ao trabalho dos grevistas imediatamente. Repetiu ontem que a greve não prejudicou a produção de petróleo e de combustíveis até agora e afastou risco de desabastecimento. Desde o início da greve, em 1º de fevereiro, um comitê interno de crise monitora unidades de produção.

Equipes de contingência substituem grevistas em plataformas e refinarias. Uma das medidas foi aumentar estoques nas plataformas, refinarias e bases de distribuição, além de manter dutos cheios.

O Sindicom, que reúne distribuidoras de combustíveis, informou que, até o momento, não há impacto no abastecimento de produtos como gasolina e diesel no país. Para fontes do setor, a Petrobras poderá ter de importar combustíveis se a greve se prolongar, o que pode afetar os preços por causa da recente valorização do dólar e ligeira alta da cotação do petróleo no mundo.

Sob a liderança da FUP, cerca de mil manifestantes, segundo a Polícia Militar, reuniram-se na tarde de ontem em frente à sede da Petrobras, no Centro do Rio. Num protesto pacífico, eles exibiram cartazes e gritaram palavras de ordem com reivindicações que vão além da pauta oficial da greve. Houve críticas às privatizações e outras iniciativas do governo Bolsonaro e até menções à crise da água no Rio.

Parte dos manifestantes era de sindicatos de outras categorias e movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e partidos políticos como PCO, PCdoB e PSOL. Após a concentração, o grupo foi em passeata até a Lapa.

—O movimento é apoiado pelos partidos políticos e movimentos sociais —disse o porta-voz da FUP, Alexandre Finamori. —A greve é legítima e legal.
(*Estagiária sob supervisão de Alexandre Rodrigues)

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/02/2020

Seção: O País

Autor: BRUNO GOÉS E LEANDRO PRAZERES

Título: Maia: projeto de mineração não é prioridade

Presidente da Câmara afirma que proposta do governo para exploração comercial em terras indígenas ficará 'do lado da Mesa'; texto enviado ao Congresso pede autorização para 'garimpar, plantar e explorar turismo'

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem que o projeto enviado pelo governo ao Congresso para regulamentar a

exploração comercial de terras indígenas não é prioridade. No início do mês, o presidente Jair Bolsonaro enviou aos deputados uma proposta neste sentido e, desde então, busca apoio para tornar possível sua votação.

— (O projeto) não terá por parte da Câmara a urgência que alguns gostariam. Vamos aguardar, deixar do lado da Mesa, para que no momento adequado a gente trate esse debate com todo cuidado do mundo. Podemos abrir o debate, sem o projeto, para ver como e por que regulamentar a exploração de mineração em terra indígena. O constituinte tratou dessa possibilidade de mineração em terra indígena. Podemos debater, mas tratar desse tema sem um cuidado muito grande é muito difícil, porque sabemos que o tema do meio ambiente na Amazônia, para o Brasil, é decisivo —disse Maia.

O presidente da Câmara disse que o tema é sensível, seja para as novas gerações ou para o crescimento econômico. Ele argumenta que a “pré-condição” para o Brasil atrair investimentos é respeitar o meio ambiente. Segundo a proposta, índios teriam poder de veto em relação à prática de garimpo nessas áreas, mas não sobre outras atividades. Desde que o projeto chegou à Câmara, parlamentares de oposição pedem a Maia que ele devolva a proposta ao Planalto. Ele avalia, no entanto, que esse não seria o procedimento correto:

— Não tenho como devolver, o projeto não é inconstitucional. Esse é um debate que precisava ser feito de uma outra forma. Primeiro, discutir o tema de uma forma mais ampla, para depois encaminhar um projeto, que gera muitas dúvidas.

Pela manhã, Bolsonaro recebeu um grupo de indígenas, que reuniu representantes de etnias como Kayabi, Parecis, Bakairi e Xavante. O presidente comentou o projeto:

— É o projeto dando liberdade para os índios, o índio não pode ficar com a terra como se fosse um ser humano pré-histórico. Ele é igual nós. Então, queremos pedir para garimpar, plantar, arrendar terra, explorar o turismo.

NOMEAÇÃO NA FUNAI

A Justiça Federal indeferiu ontem um pedido de liminar feito pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a nomeação do ex-missionário evangélico e antropólogo Ricardo Lopes Dias para a coordenação de proteção a índios isolados e de recente contato da Funai. Na decisão, a juíza Ivani Silva da Luz, da 6ª Vara Federal do DF, disse não haver, pelo menos até o momento, elementos

que configurem conflito de interesse no fato de um ex-missionário chefiar o setor responsável pelos índios isolado

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/02/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Declarada ilegal, greve continua

Apesar de o Tribunal Superior do Trabalho (TST) ter considerado a greve dos petroleiros ilegal, em despacho do ministro Ives Gandra na noite de segunda-feira, a paralisação chegou ao 18º dia ontem, culminando com uma manifestação em frente ao prédio da Petrobras, no Rio de Janeiro. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) entrou com recurso contra a decisão monocrática do ministro; no entanto, segundo o tribunal, até o recurso ser analisado, seguem as determinações de Gandra, que permitem à Petrobras “sanções disciplinares” aos grevistas e impõem multa de até R\$ 500 mil por dia de continuidade.

Segundo a FUP, 21 mil funcionários de 121 unidades da estatal em 13 estados estão parados e assim permanecerão até que a petroleira atenda as reivindicações da categoria. Os sindicatos comemoraram a decisão do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), proferida ontem, que suspendeu até 6 de março a demissão de cerca de 1 mil funcionários da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen), também chamada de Araucária Nitrogenados SA (Ansa).

“Foi uma vitória parcial importante dos petroleiros. A desembargadora Rosalie Michaele Bacila mostrou sensibilidade com a situação dos trabalhadores e suas famílias e abriu espaço para que a categoria possa ser ouvida em seus pleitos”, afirmou a entidade, em nota. As bases da Federação Nacional de Petroleiros também aderiram à greve. “A FNP defende lutas e negociações unificadas”, disse, também em nota.

O desligamento coletivo dos funcionários da Ansa motivou a greve, mas não é o único pleito, segundo Deyvid Bacelar, diretor da FUP, que participa da comissão de negociação desde 31 de janeiro, ocupando uma sala da Petrobras. “Estamos aguardando o bom senso da gestão, a suspensão das demissões e de medidas unilaterais que foram impostas para categoria. O fim da greve depende, agora, da Petrobras”, disse o sindicalista. Segundo ele, a desembargadora Rosalie

entendeu que a estatal descumpriu o acordo coletivo, que não permitia demissões em massa. “Foi uma negociação em convenção, assinada e acordada”, destacou Bacelar.

Pauta

Contudo, segundo o diretor da FUP, a decisão do TRT resolve uma parcela da pauta de reivindicações. “Também pedimos a suspensão das medidas unilaterais tomadas pela empresa sem respeitar os fóruns de negociação, como mudar a tabela de turno de revezamento. Ela impôs a alteração, que mexe com a vida do trabalhador, porque trata de horários de trabalho (giro de turnos de 8h ou 12 h), sem negociar com o sindicato”, destacou. “A nossa decisão é que a greve está mantida até que todos os itens sejam atendidos”, reforçou.

No TST, o departamento jurídico da federação entrou com recurso contra a decisão monocrática de Ives Gandra. “Precisa passar pelo colegiado da Seção Especial de Dissídios Coletivos (SDC). Até que o recurso seja analisado não há ilegalidade. Esperamos pela reavaliação dos ministros”, argumentou Bacelar. A paralisação começou em 1º de fevereiro e, três dias depois, a Petrobras recorreu ao TST. O ministro Ives Gandra atendeu ao pedido da estatal, mas a decisão foi revista pela SDC. A Petrobras, então, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) e foi atendida pelo ministro Dias Toffoli. Conforme a assessoria do TST, até a análise dos recursos, está valendo a última decisão do ministro Ives Gandra.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), a greve tem cunho político e ideológico, porque, em novembro do ano passado, houve acordo de salários. “Essa alegação de demissão numa empresa que dá prejuízo para a Petrobras, no fundo, é uma tentativa de desmobilizar a direção atual da Petrobras com o argumento de que está desmontando a empresa”, avaliou. “Isso pode ter consequências. Até hoje, não trouxe problema para o cidadão, porque a estatal mobilizou empregados que não aderiram, e terceirizou algumas atividades. Mas pode reduzir a produção de petróleo”, estimou.

A Petrobras antecipou bônus aos funcionários que não aderiram e garantiu que a greve não afetará o abastecimento. Pires disse que, caso falte combustível, a petroleira e importadores privados podem comprar no mercado internacional. “A greve está acontecendo num momento em que o preço do petróleo caiu por conta do coronavírus, por isso não deve afetar preço”, ressaltou o especialista. “A Petrobras vai jogar duro, vai ter contracheque saindo negativo, porque está autorizada a cortar salário pelos dias não trabalhadores. A greve é ilegal”, disse.

No entender do diretor de Comunicação da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Fernando Siqueira, o fechamento da Fafen/Ansa foi apenas a

gota d'água. “A greve é uma tentativa de alertar o povo brasileiro sobre o desmonte da Petrobras. A empresa vendeu vários ativos estratégicos por preços aviltantes”, explicou. Segundo ele, a venda dos campos de Carcará, Lapa e Iara, da distribuidora Liquigás e das redes de gasodutos TAG e da NTS somam prejuízo de R\$ 200 bilhões em geração de caixa. “Estão programadas as vendas de oito refinarias gerando desemprego e enfraquecimento da Petrobras para entregar o pré-sal”, alegou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/02/2020

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Alerta nas estradas

Lideranças de caminhoneiros autônomos seguem ameaçando com manifestações e uma paralisação nesta quarta-feira. Como a greve não é consenso entre a categoria, o governo acredita que não passa de mais uma tentativa, como outras oito que já ocorreram nos últimos 12 meses, sem ganhar adesão relevante.

A postergação do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade da tabela de frete — marcado para hoje, mas adiado para realização de uma audiência em 10 de março — motivou os novos protestos. Uma manifestação no Porto de Santos na segunda-feira, por outra razão, agendada antes da decisão do STF, acirrou os ânimos.

O presidente da Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, conhecido como Chorão, mobilizou a categoria, que acompanharia a votação em uma manifestação sem bloqueios nas rodovias. Marconi França, líder dos caminhoneiros do Nordeste, afirmou que a categoria vai brigar. “De forma alguma vamos desistir do piso mínimo”, disse.

José Araújo da Silva, o China, da Associação União Nacional dos Caminhoneiros (UNC), não confirmou a paralisação. “Tem gente querendo aparecer. Nós ainda vamos analisar”, ressaltou.

Norival de Almeida Silva, da Federação dos Caminhoneiros de Cargas em Geral de São Paulo, também não acredita em greve. “Não foi nada acordado. O protesto no Porto de Santos foi sobre um novo zoneamento que vai ocorrer. O pessoal viu a oportunidade de reclamar do adiamento do STF. Juntou uma coisa com outra. Mas o caminhoneiro preso já está solto.” (SK)

MME / ASCOM .